

## **PADRÕES NORMATIVOS DE REGULAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO**

**NICOLAS HARTER GONÇALVES<sup>1</sup>; ISADORA RODRIGUES<sup>2</sup>, NATAN NOGUEIRA<sup>3</sup> LOPES, HELENA MOREIRA PIEMOLINI<sup>4</sup>, ROBERTA DE SIQUEIRA BRAHM<sup>5</sup>; CAROLINE GRAEFF<sup>6</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – nicolas.harter@ymail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – isadorasouzarodrigues@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – Lopesnatan@hotmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – helenapiemolini@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – rsbrahm@gmail.com

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – carolinegraeff@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Por meio deste trabalho de pesquisa empírica em Direito, procura-se refletir acerca dos padrões normativos de regulação do ensino jurídico no Brasil durante o regime militar, especificamente, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, analisando a influência dos mesmos na transmissão do conhecimento jurídico naquela época e seus prováveis reflexos no ensino atual.

O trabalho tem como precursor a temática do filme alemão “A Onda”, que narra a história de um professor o qual decide realizar um experimento com sua classe e pede para que os alunos construam a sua própria autocracia. Com o passar do tempo, o professor percebe que a proposta ultrapassara os limites e havia virado um regime absolutista fora de seu controle. É possível identificar, a partir desse contexto, o ambiente escolar como agente de transformação da realidade do aluno. À vista disso, surge a relevância em realizar um estudo sobre como os padrões normativos podem servir de instrumentos para repressão da liberdade de expressão em sala de aula.

“Como o ensino jurídico foi influenciado pelos padrões normativos impostos pelo regime militar?” é a questão central de análise do trabalho, feita através de pesquisa qualitativa e quantitativa com professores e ex-professores de Direito da Universidade. Os resultados alcançados na pesquisa são parciais, obtidos a partir de revisão bibliográfica de obras consagradas, como as de Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire. O objetivo principal é investigar como o ensino jurídico foi influenciado pelo regime militar e quais os seus reflexos nos dias atuais. Dentre os objetivos específicos, busca-se relacionar as consequências do experimento realizado no filme “A Onda” com o modelo político autoritário do regime militar no Brasil, além de demonstrar como o governo e suas instituições influenciavam no conteúdo e na forma como ele foi transmitido pelos professores.

### **2. METODOLOGIA**

Primeiramente, utilizamos como método de pesquisa a revisão bibliográfica de obras, artigos e teses. A partir desse arcabouço teórico, busca-se dados para que possamos compreender e realizar um estudo comparado acerca do ensino jurídico durante o regime militar e na conjuntura atual.

Ademais, estamos realizando pesquisa de campo com caráter qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas com docentes em atividade no período correspondente à ditadura militar brasileira e, também, com profissionais membros do atual quadro de professores de Direito da Universidade Federal de Pelotas. A seleção dos professores atuantes no presente momento realizar-se-á mediante sorteio de três nomes entre os docentes do quadro permanente do

curso de Direito. Já a seleção dos ex-professores se dará através da indicação de nomes por parte do professor e diretor da Faculdade de Direito da UFPel, Oscar José Magalhães. Dentre os nomes de profissionais que atuavam na época ditatorial, indicados pelo professor Magalhães, buscar-se-á três professores com disponibilidade para as entrevistas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados constatados até então são parciais. Até o presente momento pudemos observar que houve repressão nas universidades federais durante o regime militar e mudanças normativas no que se refere às estruturas das universidades. Um exemplo foi a criação dos IPMs (Inquéritos Policial Militares) que visavam conter a atuação considerada subversiva nas universidades, através de manobras políticas que objetivavam o controle por meio da detenção, de intervenções e perseguições.

Destaca-se, nesse sentido, a criação do Decreto-Lei nº 477/1969, que delegou às autoridades universitárias, assim como aos dirigentes do MEC, o recurso do desligamento e/ou suspensão por até três anos de alunos participantes de eventos considerados de resistência ao regime.

No que se refere ao movimento estudantil, o governo implementou o Decreto-Lei nº 228, amplificando o caráter repressivo da legislação quanto às atividades estudantis de resistência.

Na Universidade Federal de Pelotas, esse movimento repressivo também foi observado. A partir da criação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), o combate à subversão nas instituições de ensino superior se tornou mais evidente, com o propósito de investigar toda comunidade acadêmica.

Concluiu-se também que na UFPel, professores, funcionários e estudantes foram perseguidos e acusados de "subversivos". Ao todo, em 1964, foram 12 professores expurgados no Rio Grande do Sul, sendo dois de Pelotas, da Faculdade de Direito. Mais tarde, em 1969, mais dois professores foram expurgados em Pelotas, sendo evidente as ligações com as políticas nacionais da "Operação Limpeza" de 1964 e das políticas repressivas de 1968.

Na próxima etapa desse trabalho, iremos a campo através de entrevistas visando comprovar os dados que encontramos na literatura e compará-los à realidade vivida pelos professores de direito na UFPel.

### **4. CONCLUSÕES**

A inovação vem do próprio ensino jurídico, por meio da reflexão sobre os novos meios de aquisição desse conhecimento e as mudanças significativas ocorridas desde o regime militar. Assim, ainda que a ditadura seja um fator histórico relativamente distante, seu impacto é presente na aprendizagem jurídica por meio de valores, abordagens e ideologias que ainda persistem na formação dos futuros juristas. Tais influências ecoam na carreira não só dos alunos, mas também dos professores, que em sua maioria presenciaram esse período, sendo importante provocar tal análise e evidenciar o quanto a política educacional do regime militar ainda estimula efeitos e reverbera na educação jurídica atual.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, F. O. de M. Ensino jurídico: momentos históricos e propostas para uma nova realidade. **Pensar: R.C.** Direito Unifor, Fortaleza, v. 6, n. 6, p. 47-62, 2001.

BEZERRA, F.O. de M. Ensino jurídico: **momentos históricos e propostas para uma nova realidade**. Pensar: R.C. Direito Unifor. Fortaleza, v. 6, n. 6, p. 47-62, fev. 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento da direita**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1972.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal

BRASIL. LDBN – Lei nº 9.394 (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF

COSTA, Valesca Brasil. Trajetória de diplomados da Faculdade de Direito de Pelotas/RS/Brasil (1960-1970):**Herdeiros ou trânsfugas?** BRASIL. Dissertação apresentada no curso de Direito na Unisinos em 2012

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. **História da Faculdade**. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/direito/pagina-a/historia/>> Acesso em: 4 de julho de 2018

FERREIRA, Vania Farias. Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar: **Memórias divergentes de uma trajetória**. Pelotas. UFPEL, 2017. Dissertação de conclusão da pós-graduação em História.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIAS, C. M. **A crise do ensino jurídico: reflexões sobre as prováveis causas e perspectivas**. 2005. 48f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Pelotas.

LEAL, Carmem Beatriz Pereira. **A Ditadura contata através de memórias**. Pelotas. UFRGS, 2016. XIII Encontro Nacional de História Oral.

LIRA, A. T. N. **A LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR (1964 – 1985): UM ESPAÇO DE DISPUTAS**. Tese Doutorado em História Social – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas, Ed: UFPel, 2017.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo, Cortez, 2001.

SILVEIRA, Marília. **A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima a fronteira. Pelotas.** UFPel, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História.

VILLAR, Waleska Ribeiro. **A CASA DE BRUNO LIMA: Uma Face da História da Faculdade de Direito de Pelotas (1918-1965).** Trabalho de Conclusão do curso de pós-graduação em Direito na Universidade Federal de Pelotas em 2